



VANESSA MILKIEWICZ

ADVOGADA EMPRESARIAL

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES ANDRESSA FOLCHINI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE (HUOP)

Concorrência nº 089/2022

D&A REFORMAS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.651.270/0001-77, com sede à Rua Paraná, nº 731, Centro, CEP nº 85.812-010, na cidade de Cascavel/PR, neste ato representada por seu sócio-administrador, DIRCEU DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 819.595.089-20, RG nº 5670.128-1/PR, residente e domiciliado à Rua Paraná, nº 731, Centro, CEP nº 85.812-010, na cidade de Cascavel/PR, por intermédio de sua advogada infra-assinada, conforme instrumento de procuração anexo, com endereço profissional à Rua Alberto Folloni, nº 111, Juvevê, Curitiba – PR, CEP nº 80530-300, endereço eletrônico <vanessamilkiewiczadv@gmail.com>, telefone nº (45) 99977-1763, vem, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea a da Lei nº 8.666/93¹, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da habilitação da empresa **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ nº 13.027589/0001-63)** no presente certame, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Acerca do prazo de interposição do presente recurso, considerando que a realização da sessão de abertura ocorreu na data de 01/09/2022, quinta-feira, tendo a contagem do prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis se iniciado em 02/09/2022, sexta-feira e sendo suspenso em 07/09/2022, quarta-feira em razão do feriado nacional, tem-se que o prazo de interposição escoará na data de **09/09/2022**, sexta-feira, nos termos do arts. 110 da Lei nº 8.666/93².

Portanto, demonstrado o atendimento ao requisito da tempestividade.

II. DA BREVE SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

¹Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante.

²Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Trata-se de processo licitatório na modalidade de Concorrência no regime de empreitada por preço unitário e tipo por menor preço, sob o nº 089/2022 para fins de execução de Reforma e Adequação para Implementação do Espaço Ecumênico no Hospital Universitário do Estado do Paraná, (HUOP), no valor de R\$ 355.467,87 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos, nos termos do edital.

A abertura dos envelopes nº 01 e 02, os quais continham os documentos da habilitação dos licitantes e proposta, foi realizada em 01/09/2022, conforme constante da ata da sessão pública, nº 013/20221.

Frisa-se que, após a abertura do Envelope nº 02, houve a habilitação das empresas **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ nº 13.027589/0001-63)** e **D&A REFORMAS E CONSTRUÇÕES LTDA**, em razão do atendimento dos termos editalícios.

No entanto, após atenta análise, com a devida vênia, verificou-se irregularidade nas documentações apresentadas por **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ nº 13.027589/0001-63)**, as quais conduzem a inabilitação das proponentes, nos termos do item 7.1.2, inciso IV do presente edital³.

Em razão do exposto, passa-se a indicação pormenorizada das documentações faltantes ou em desacordo com o edital das proponentes indevidamente habilitadas.

III. DAS RAZÕES RECURSAIS

Inicialmente, cumpre salientar que ao realizar processo licitatório a Administração Pública se vincula inteiramente ao disposto em edital, conforme exposto no art. 41 da Lei de Licitações (8.666/93)⁴, criando espécie de lei entre o licitante e os proponentes.

Portanto, as regras constantes no instrumento editalício devem ser estritamente observadas, sob pena de afronta ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da Lei nº 8.666/93)⁵.

Assim, a aceitação de habilitação em desacordo com exigência prescrita no edital geraria,

³iv. caso a empresa licitante não apresente quaisquer um dos documentos ou Anexos solicitados nesta alínea "d", os apresente sem as respectivas assinaturas devidamente identificadas e exigidas em cada um destes, os apresente de maneira inidônea, ou ainda os apresente em desconformidade com o disposto neste edital, poderá acarretar sua inabilitação para a presente licitação, além da aplicação das penalidades previstas em lei.

⁴Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

⁵Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

consequentemente, a nulidade de procedimento, pois os documentos exigidos são requisito referente à qualificação técnica, financeira, fiscal e trabalhista das proponentes.

Dessa forma, tem-se que a ausência ou irregularidade dos documentos apresentados incorrem em descumprimento ao expressamente disposto no item 7.1.4, inciso IV do edital do certame objeto do recurso e, conduziria indubitavelmente a inabilitação da proponente.

Assim, conduz-se para a análise das incorreções perpetrada pela proponente, em relação os documentos de habilitação:

III.a. DO BALANÇO PATRIMONIAL

Da ausência de todas as folhas do balanço patrimonial

Referente ao item 7.1.4, alínea d, item I do edital, acerca do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, tem-se a seguinte disposição:

Demonstrações Financeiras do último e penúltimo exercício social

(Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros e/ou Prejuízos Acumulados e Demais Demonstrações se assim a empresa estiver obrigada da sua elaboração), com sua devida comprovação de registro em órgão competente (Junta Comercial e outros, se for o caso).

Ainda, o item IV do item retrocitado, dispõe que os documentos devem ser idôneos, ou seja, no mínimo, completos, sob pena de inabilitação:

- iv. caso a empresa licitante não apresente quaisquer um dos documentos ou Anexos solicitados nesta alínea “d”, os apresente sem as respectivas assinaturas devidamente identificadas e exigidas em cada um destes, os apresente de maneira inidônea, ou ainda os apresente em desconformidade com o disposto neste edital, poderá acarretar sua inabilitação para a presente licitação, além da aplicação das penalidades previstas em lei.

Veja-se que tal disposição objetiva a verificação da capacidade financeira da proponente, assim, sendo essencial que a documentação seja o mais clara possível.

Em especial sobre o balanço contábil, depreende-se que esse deve ser completo, para que seja possível a ampla verificação das movimentações financeiras e também o ativo e passivo existente no caixa.

No entanto, verifica-se que a proponente apresentou o seu balanço patrimonial de maneira incompleta, já que há a indicação de o livro teria 86 (oitenta e seis) folhas, referente ao ano de 2021, porém ao processo licitatório foram juntadas apenas 06 (seis):

TERMO DE ABERTURA

Contém este Livro 00086 folhas numeradas

eletronicamente por processamento de dados, do número 00001 ao número 00086 e servirá para o lançamento das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado.

Folha: 00005
Página 5 de 6
Emissão: 13/04/2021
Hora: 13:01:22

Ainda, sobre o ano de 2022, consta que seriam 98 (noventa e oito) folhas, no entanto, novamente o número de folhas correlacionadas é inferior:

TERMO DE ABERTURA

Contém este Livro 00098 folhas numeradas

eletronicamente por processamento de dados, do número 00001 ao número 00098 e servirá para o lançamento das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado.

Folha: 00005
Página 5 de 6
Emissão: 25/03/2022
Hora: 00:00:00

Posto isto, há clara ausência do atendimento ao requisito de apresentação dos documentos na forma idônea, conforme disposto em edital quanto ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social, impossibilitando a análise da qualificação econômico-financeira da proponente.

Assim, com fulcro no item 7.1.3, alínea d, item IV do edital, **requer-se a inabilitação da J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI.**

III.b. DO ANEXO IV

Do preenchimento incorreto do Relação de Contratos a Executar pelo Licitante - RCL

Por sua vez, o item 7.1.3, alínea *d*, item I, Anexo IV do edital, que possui como base no art. 31, §4º da Lei nº 8.666/93⁶, dispõe sobre a exigência de apresentação de relação de contratos a executar pelo proponente, com o fim de embasar o endividamento e a capacidade financeira:

Anexo IV - Da Resolução 076/2010 - COU "Relação de Contratos a Executar pelo Licitante - RCL", com a finalidade de relacionar os contratos de obras e serviços que a empresa licitante deve adimplir, e embasar o cálculo do Índice de Capacidade Financeira Absoluta do licitante - ICFA.

Nesse sentido, o documento do Anexo IV apresenta as instruções para preenchimento:

Período de execução: informar a data de início e término dos serviços (mês e ano).
Saldo dos contratos a executar: para apurar o saldo dos contratos, na data-base, observar os seguintes critérios:
1) Até o final do prazo: informar nesta coluna o saldo do contrato a executar até o final do seu respectivo prazo.
2) No período-base: informar nesta coluna o montante "pro rata" do contrato a executar no período-base, que corresponde ao tempo previsto para execução dos serviços em licitação.

Ou seja, busca-se verificar quais os contratos que a proponente possui e quais os valores pendentes de recebimento para o período de execução do objeto do presente certame, contudo, a **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ nº 13.027589/0001-63)** deixou de informar o valores de recebimento:

B DETALHAMENTO DOS CONTRATOS									
J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI									
DESCRIÇÃO DO OBJETO:	Nº DO CONTRATO →	DATA	FONE →	PARTICIPAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		SALDO DO CONTRATO A EXECUTAR EM R\$:		
					INÍCIO	FIM	ATÉ O FINAL DO PRAZO	NO PERÍODO BASE	
1 REFORMA E ADAPTAÇÃO DO SUBSOLO DA REITORIA	057/2022		3220-3055	2	11/07/2022	08/12/2022	800.045,95	54.061,54	
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
2 EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS	061/2022		3220-3055	2	25/08/2022	25/11/2022	132.655,72		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
3 EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS	062/2022		3220-3055	2	25/08/2022	25/10/2022	100.678,72		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
4 EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS	064/2022		3220-3055	2	29/08/2022	29/11/2022	92.826,51		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
5 EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS	065/2022		3220-3055	2	05/09/2022	05/10/2022	70.020,06		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
6 EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS	066/2022		3220-3055	2	05/09/2022	05/12/2022	129.503,08		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								
7 EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS	067/2022		3220-3055	2	05/09/2022	05/01/2022	133.612,91		
NOME DO CONTRATANTE:	UNIOESTE								

⁶§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

Assim, em tese, desprenderia-se que o valor total dos contratos licitados já teriam sido recebidos, integrando o ativo da proponente, no entanto, os valores ainda estão pendentes de pagamento e constituem saldo de contrato a executar.

Explica-se.

Conforme certidão retirada do Portal da Transparência do Estado do Paraná, as quais seguem anexo, é possível verificar a situação dos contratos:

Licitação	Contrato	Valor	Fase	Recebido	Assinatura do Contrato
023/2022	057/2022	R\$ 800.045,95	Homologado	R\$ 0,00	11/07/2022
057/2022	061/2022	R\$ 132.655,72	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022
057/2022	066/2022	R\$ 129.503,08	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022
057/2022	067/2022	R\$ 133.612,91	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022
065/2022	062/2022	R\$ 100.678,72	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022
065/2022	064/2022	R\$ 92.826,51	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022
065/2022	067/2022	R\$ 70.020,06	Homologado	R\$ 0,00	25/08/2022

Observa-se que, com exceção do contrato 057/2022, não houve sequer a expedição da Ordem de Serviço, ante a data recente de assinatura dos contratos, portanto, ausente cronograma de medições e, conseqüentemente, do pagamento de quaisquer valores.

Assim, a informação da coluna de saldos de contratos a receber deveria estar preenchida com os valores totais das licitações, sendo que apenas o contrato 057/2022 possui essa informação e sem qualquer comprovação, pois no Portal da Transparência não consta quaisquer pagamento.

Desse modo, conforme anexo, tem-se que o correto preenchimento deveria ser o seguinte:

1	Reforma e Adaptação do Sub Solo da Reitoria da Unioeste	2	11/07/2022	08/12/2022	800.045,95	800.045,95
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	11/07/2022	08/12/2022	800.045,95	800.045,95
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 061/2022 FONE → 3220-3055		2	11/07/2022	08/12/2022	800.045,95	800.045,95
2	Execução de Obras Diversas	2	25/08/2022	25/11/2022	132.655,72	132.655,72
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	25/08/2022	25/11/2022	132.655,72	132.655,72
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 066/2022 FONE → 3220-3055		2	25/08/2022	25/11/2022	132.655,72	132.655,72
3	Execução de Obras Diversas	2	05/09/2022	05/12/2022	129.503,08	129.503,08
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	05/09/2022	05/12/2022	129.503,08	129.503,08
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 067/2022 FONE → 3220-3055		2	05/09/2022	05/12/2022	129.503,08	129.503,08
4	Execução de Obras Diversas	2	05/09/2022	05/01/2023	133.612,91	133.612,91
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	05/09/2022	05/01/2023	133.612,91	133.612,91
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 062/2022 FONE → 3220-3055		2	05/09/2022	05/01/2023	133.612,91	133.612,91
5	Execução de Obras Diversas	2	25/08/2022	25/10/2022	100.678,72	100.678,72
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	25/08/2022	25/10/2022	100.678,72	100.678,72
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 064/2022 FONE → 3220-3055		2	25/08/2022	25/10/2022	100.678,72	100.678,72
6	Execução de Obras Diversas	2	29/08/2022	29/11/2022	92.826,51	92.826,51
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	29/08/2022	29/11/2022	92.826,51	92.826,51
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 065/2022 FONE → 3220-3055		2	29/08/2022	29/11/2022	92.826,51	92.826,51
7	Execução de Obras Diversas	2	05/09/2022	05/10/2022	70.020,06	70.020,06
NOME DO CONTRATANTE: Unioeste		2	05/09/2022	05/10/2022	70.020,06	70.020,06
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Nº DO CONTRATO → 067/2022 FONE → 3220-3055		2	05/09/2022	05/10/2022	70.020,06	70.020,06

E, por consequência, ao serem inseridas as informações corretas, o cálculo do índice da capacidade financeira absoluta da proponente passa a ser menos de 1,0:

DEMONSTRAÇÃO DO ÍNDICE DA CAPACIDADE FINANCEIRA ABSOLUTA - ICFA						VALORES EM R\$
1	CFAT = CAPACIDADE FINANCEIRA ABSOLUTA TOTAL	$CFAT = (K \times PL) \times \left(\frac{n}{12}\right)$	K 9	PL = R\$: 831.218,29	prazo da obra no campo abaixo 5 meses	3.117.068,59
2	MCE = MONTANTE DOS SALDOS DOS CONTRATOS A EXECUTAR NO PERÍODO BASE (transportar do quadro "C" deste formulário)					1.459.342,95
3	PO = PREÇO ORÇADO PELO LICITADOR PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS EM LICITAÇÃO (Preencher com o valor orçado da obra conforme consta no Edital)					1.727.596,54
4	CÁLCULO DO ÍNDICE DA CAPACIDADE FINANCEIRA ABSOLUTA		$ICFA = \frac{D1}{D2 + D3}$		ICFA 0,98	IGUAL OU SUPERIOR A "1" TEM CAPACIDADE PARA PARTICIPAR DO CERTAME

Por fim, resta claro que há descumprindo o disposto em edital por ausência de comprovação da capacidade financeira, ante o alto endividamento e os diversos contratos em execução:

- iii. é considerada habilitada a empresa licitante que obtiver, no mínimo, a Nota Final de Capacidade Financeira Relativa igual ou superior a 2,0 (dois); e, também, quando se tratar de obras e serviços de engenharia (exceto projetos específicos), o índice de Capacidade Financeira Absoluta igual ou superior a 1,0 (um), que é demonstrado no Anexo IV.

Assim, vê-se que há claro descumprimento da previsão editalícia e legal, porque **não é possível assegurar que a proponente possui saúde financeira para cumprir adequadamente o contrato, bem como não possui capacidade financeira para assumir novos contratos.**

Portanto, por estar em desacordo com o edital, com fulcro no item 7.1.3, alínea d, item IV do edital e art. 31, §4º da Lei nº 8.666/93, requer-se a inabilitação da J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI.

IV. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja recebido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO para eventual decisão de reconsideração, nos termos do art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93⁷.

⁷ § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

E, caso negativo, seja remetido à autoridade superior para que, no mérito, **seja provido**, conforme fundamentação retro, para:

- a) Reconhecer o descumprimento do item 7.1.3, alínea *d*, item I do edital pela proponente **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI**;
- b) Reconhecer o descumprimento do item 7.1.3, alínea *d*, item III do edital e art. 31, §4º da Lei nº 8.666/93 pela proponente J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI.

Bem como, consequentemente, nos termos do item 7.1.3, alínea *d*, item IV do edital, declarar a inabilitação da proponente **J TURCATTO CONSTRUÇÕES EIRELI**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Curitiba – PR, 09 de setembro de 2022.

VANESSA CRISTINA MILKIEWICZ OLIVEIRA
OAB/PR nº 112.142